



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, à agência Kyodo News**

Publicada em 05 de julho de 2008

Jornalista: O Brasil anunciará, na reunião de Cúpula do G-8 na cidade de Toyako, Japão, de 07 a 09 de julho, o percentual que pretende adotar para a redução de CO² no futuro?

Presidente: O Brasil demonstrou, na Conferência de Bali, que está disposto a adotar ações de mitigação da mudança do clima já, e não apenas no futuro. O Plano Nacional de Combate à Mudança do Clima, em elaboração pelo governo, conterà as ações que farão parte do esforço nacional. A natureza dessas ações não coincidirá, necessariamente, com a adoção de percentual de redução de CO². O que vamos fazer, como país em desenvolvimento, é diminuir o ritmo de crescimento de nossas emissões, como indica o Painel Intergovernamental (IPCC), de acordo com nossas responsabilidades históricas. Cabe aos países desenvolvidos também fazerem sua parte, adotando metas de redução absoluta – também como indicado pelo IPCC – para o médio e o longo prazos.

Jornalista: Que tipo de cooperação o Brasil pretende adotar com países emergentes, com países menos desenvolvidos (LDC) e com países desenvolvidos para a promoção do etanol no mundo?

Presidente: Para ajudar a criar um mercado internacional do etanol, estamos realizando parcerias com outros países a fim de diversificar globalmente a produção de biocombustíveis. Para os países em desenvolvimento da América



Latina, Caribe, África e Ásia, estamos transferindo conhecimento e tecnologia que acumulamos ao longo dos últimos 30 anos. Incentivamos os investimentos de nosso setor privado. Com países mais ricos, iniciamos projetos de cooperação triangular para ajudar países menos desenvolvidos a criar suas indústrias de etanol. Também queremos promover o intercâmbio de tecnologia e conhecimento, sobretudo para a criação das novas gerações de biocombustíveis. Além disso, precisamos buscar uma padronização técnica. Criamos o Fórum Internacional de Biocombustíveis para discutir, entre outras coisas, padrões de certificação e rastreabilidade. Todos esses esforços de cooperação Sul-Sul e com os países industrializados serão inúteis se não formos capazes de eliminar as medidas protecionistas que impedem o crescimento da produção dos biocombustíveis. Por isso, estamos nos esforçando para que alguns países eliminem a taxa à importação de biocombustíveis, tratando esses combustíveis limpos e renováveis da mesma forma como tratam o petróleo: com tarifa zero.

Jornalista: Qual a posição brasileira em relação às críticas internacionais que associam a corrente crise global de alimentos à produção de etanol?

Presidente: Muitas dessas críticas são despropositadas. Nossa experiência indica que a produção de biocombustíveis não se opõe ao combate à fome, desde que realizada conforme as realidades e necessidades de cada país. A expansão da produção do etanol da cana-de-açúcar, no caso do Brasil, foi paralela à expansão da produção de alimentos. É muito importante frisar que não há uma única causa para a escassez de alimentos e a escalada dos preços agrícolas. Não tenho dúvidas de que a alta do petróleo é um dos fatores principais que incidem na alta dos alimentos, em função do impacto nos custos de energia, fertilizantes e transportes. Mas também há outros elementos na



equação, como variações climáticas com impacto sobre colheitas e a especulação financeira, além do aumento do consumo em países em desenvolvimento, o que não deixa de ser um fator positivo. Dizer que a culpa é dos biocombustíveis é uma distorção da realidade. Mas o debate sobre o impacto dos biocombustíveis na produção de alimentos é um debate necessário. Para que tenhamos uma discussão amplamente informada sobre os biocombustíveis, vamos realizar em São Paulo, em novembro próximo, uma Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, para a qual estão convidados autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todo o mundo. Nossa expectativa é gerar discussões de extrema qualificação técnica e científica. Certamente queremos contar com a presença do Japão.

Jornalista: Caso o Brasil decida anunciar uma meta percentual de redução de emissão de CO², pretende que os demais países signatários do Protocolo de Quioto adotem a mesma meta? O Brasil acredita que os países membros do Brics deveriam ter uma mesma meta de redução de emissão de CO²?

Presidente: As ações para mitigação devem ser proporcionais à responsabilidade dos países para a ocorrência do fenômeno da mudança do clima. Os países que mais contribuíram, incluídos no anexo I da Convenção da ONU (UNFCCC), devem ter metas ambiciosas.

Jornalista: Que posição o Brasil pretende adotar para após 2013, o chamado período pós-Quito?

Presidente: O Protocolo de Quioto não expira em 2012, apenas o seu primeiro período de cumprimento. A posição do Brasil é suprir o déficit de



implementação da UNFCCC, inclusive em termos de transferência de tecnologia e de financiamento imediatamente, e não apenas após 2013. Esperamos que os países do Anexo I assumam metas mais ambiciosas para o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, que deverá vigorar a partir de 2013.

(\$31DHKM)